

## CAPÍTULO XV

### A Crise Política Estrutural

A crise política brasileira tem características estruturais e só se resolverá com o retorno do país ao Estado de direito. A sociedade brasileira já alcançou um estágio de desenvolvimento político que a torna incompatível com um regime autoritário a longo prazo. Este fato tornou-se claro no primeiro semestre deste ano, quando a indignação provocada pelas medidas consubstanciadas no “pacote de abril” aceleraram a crise política. A contra-ofensiva do Governo, em termos de definir um candidato à presidência, de estabelecer um calendário político com vista a uma redemocratização limitada, de iniciar um novo diálogo com a oposição e ao mesmo tempo de aumentar a repressão aos movimentos de protesto dos estudantes, pode levar alguns a imaginar que a crise poderá ser superada. Não se resolvem, porém, problemas de ordem estrutural com medidas dessa natureza. Em consequência a crise, iniciada com a campanha contra a estatização, que já representava uma fissura no pacto político firmado entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal em 1964, aprofunda-se cada vez mais, transforma-se em uma nova e cada vez mais grave cisão no seio das classes dominantes brasileiras.

A crise política é estrutural porque reflete o colapso do sistema de poder implantado no Brasil em 1964. Naquele

ano não tivemos um golpe de Estado, mas uma revolução conservadora. Não se tratou apenas de um golpe porque o movimento de 1964 não significou a simples mudança de governantes nos quadros de um pacto político imutável. O movimento de 1964 foi sem dúvida uma revolução burguesa que consolidou o sistema capitalista modernizante instalado no Brasil em 1930, mas foi também uma revolução tecnoburocrática, na medida em que marcou a ascensão da tecnoburocracia civil e militar ao nível de segunda classe dominante e, nessa qualidade, de parceira política da burguesia. Antes de 1964, a burguesia, ainda que dividida e marcada por contradições, era a única classe dominante. Depois, a tecnoburocracia pública e privada, civil e militar, que vinha ocupando postos estratégicos no Estado desde os anos trinta, alcança suficiente massa crítica, capacidade de organização e de formulação de uma ideologia autoritária e eficientista para não só ganhar condição de classe, mas, além disso, de participar diretamente e em seu próprio nome do poder político nacional.

Na formação social tecnoburocrático-capitalista brasileira o modo de produção dominante é o capitalista e a hegemonia política pertence à burguesia. Os tecnoburocratas são ainda funcionários do capital, mas a partir de 1964 são funcionários qualificados, são sócios minoritários, com interesses geralmente comuns mas às vezes divergentes dos da burguesia. Sua condição de classe social se define em termos da relação de produção específica em que se inserem — a relação burocrática ou organizacional — e da forma particular de se apropriarem privadamente do excedente, através de ordenados. Embora ainda muitas vezes se confundindo com a média burguesia, a tecnoburocracia vai ganhando consciência de classe, na medida em que define uma ideologia eficientista e tecnificante. Esta ideologia legitima seus interesses de classe, consubstanciados em poder crescente e em ordenados cada vez maiores.

O pacto político firmado em 1964 tinha uma fraqueza básica. Era um pacto autoritário muito fechado, que só deu guarida para a alta burguesia e para a alta tecnoburocracia estatal. Embora a Revolução de 1964 tenha sido realizada com o apoio de toda burguesia, suas camadas médias foram

logo excluídas do sistema de poder. E a tecnoburocracia estatal, organizada em termos burocráticos hierárquicos rígidos, excluiu também rapidamente seus estratos médios. Colocado o problema em termos de estratos e não de classes, apenas as camadas altas da sociedade foram incluídas no pacto político de 1964, do qual também foram imediatamente chamados para fazer parte os representantes das empresas multinacionais. As camadas médias foram excluídas do sistema de poder, mas foram incluídas entre os beneficiários do processo de produção e divisão do excedente econômico que marcou o período do "milagre brasileiro". Lucros e ordenados cresciam não apenas para a alta burguesia e a alta tecnoburocracia, mas também para os estratos médios das duas classes.

Quando, em 1974, reduz-se o nível de crescimento do produto por habitante e logo em seguida, em 1975, o Governo aumenta salários, produz-se um processo de redução das taxas de lucros da burguesia e dos ordenados dos tecnoburocratas. Foi esta redução relativa do excedente a base da crise política, que então tem início.

Esta crise tem, estruturalmente, dois aspectos. De um lado é marcada pela ruptura da burguesia em geral com a tecnoburocracia estatal. De outro lado, caracteriza-se pela nova e cada vez mais profunda insatisfação dos estratos médios da burguesia e da tecnoburocracia contra a cúpula autoritária do sistema. Estes são os dois fatos novos que dão substância estrutural à crise política. Poderíamos falar em um terceiro aspecto, que é o caráter radicalmente excludente e limitado desse pacto político, do qual jamais participaram os trabalhadores, os intelectuais, a igreja, os estudantes. Mas este caráter excludente do modelo político brasileiro implantado no país em 1964 não sofreu alterações desde então, não caracterizando portanto a crise política estrutural de meados dos anos setenta.

Esta crise, definida pela ruptura da aliança entre a tecnoburocracia estatal e a burguesia e entre as camadas médias da burguesia e da tecnoburocracia com as camadas superiores, foi desencadeada pelos desequilíbrios econômicos emergentes a partir de 1974 e pela conseqüente redução relativa do excedente. Seria, entretanto, um grave erro atribuir esta crise

apenas a fatores econômicos. Entre o segundo semestre de 1975 e o segundo semestre de 1976 houve novamente um claro surto de prosperidade na economia brasileira. Em nenhum momento os problemas econômicos atingiram a dimensão de crise profunda ou de depressão, e nem por isso tendeu a haver uma restauração do pacto político tecnoburocrático-capitalista. Pelo contrário, a crise só tendeu a se aprofundar em 1976 e principalmente 1977.

Na verdade a crise política, que foi desencadeada pela emergência de problemas econômicos, ganhou em seguida autonomia, força própria. E hoje o problema político é muito mais grave do que o econômico. Estamos diante de um impasse político estrutural, cujas causas de natureza política são: a) a perda de legitimidade do regime autoritário; b) a coincidência a longo prazo dos interesses da média burguesia com o regime democrático; e c) a ameaça que a tecnoburocracia representa, também a longo prazo, para a burguesia, na medida em que o aumento do poder tecnoburocrático é acompanhado pelo aumento do poder e do arbítrio do Estado.

A perda de legitimidade do regime autoritário tecnoburocrático-capitalista já foi bastante analisada. A legitimidade desse regime liderado pela tecnoburocracia militar estava apoiada no medo da burguesia ao comunismo e à subversão, na crítica à corrupção e, em um segundo momento, no “milagre econômico”. Ora, a ameaça comunista, se eventualmente existiu no passado, hoje desapareceu. Só radicais de direita continuam a insistir em uma ameaça comunista, que não amedronta mais ninguém. A corrupção, por sua vez, que em um primeiro momento, após 1964, foi efetivamente reduzida, já saiu do controle, na medida em que um regime autoritário acaba favorecendo muito mais do que cerceando a corrupção. E o “milagre econômico” terminou em 1974. Com estes três fatos também a legitimidade do regime autoritário perante a Sociedade Civil esvaiu-se.

Por outro lado é preciso considerar que há uma coincidência a longo prazo entre os interesses da média burguesia com a manutenção de um regime democrático. A burguesia, ao contrário do que aconteceu com a classe dominante que a precedeu na Europa — a aristocracia feudal —, é uma classe muito numerosa. Os grandes números tornam necessário um

sistema para regular as relações econômicas — ou seja, a divisão do excedente — e políticas — isto é, a divisão do poder sobre o Estado — entre seus membros da forma mais impessoal e automática possível. No plano econômico, o mercado e o sistema de preços é obviamente o mecanismo ideal para a burguesia dividir o excedente. No plano político, o instituto da democracia, com a possibilidade de alternância no poder dos diversos grupos burgueses, com a possibilidade de que cada grupo seja ouvido e relativamente representado no poder, é também o mecanismo mais adequado. Os riscos que a burguesia corre de, através do sistema eleitoral, perder o poder para os trabalhadores são em princípio pequenos senão inexistentes em qualquer sistema capitalista organizado, dada a hegemonia ideológica burguesa. O Brasil não constitui exceção a esta regra. Muito pelo contrário. Portanto, se a burguesia não se sente nem muito ameaçada pelo comunismo, nem muito beneficiada pelo “milagre”, é provável que ela volte à sua posição democrática básica.

Este fato será ainda mais provável se a burguesia, em vez de sentir-se ameaçada pela subversão comunista, começar a perceber que existe uma outra ameaça mais sutil, menos agressiva, a curto prazo revestida de aparência prestimosa e servil, mas na verdade muito mais concreta e perigosa. Refiro-me à ameaça tecnoburocrática. Os tecnoburocratas estão a serviço do capital. O Estado que eles administram não tem feito outra coisa senão favorecer a acumulação privada de capital. Mas para fazê-lo surge uma contradição intrínseca: o Estado é necessariamente levado a aumentar cada vez mais sua participação na acumulação e seu poder sobre toda a economia. Ora, não há dúvida que este fenômeno é uma ameaça a longo prazo para a burguesia. Não é necessariamente uma ameaça para a democracia, desde que é possível aliar um Estado economicamente forte com um regime democrático. Mas para a burguesia, não há dúvida que a estatização, embora possa servi-la no curto prazo, em um prazo mais longo constitui um grave risco. A burguesia brasileira percebeu este fato e desde fins de 1974 vem desenvolvendo uma sistemática campanha contra a estatização no Brasil. A única justificativa ideológica da burguesia para essa campanha é obviamente a necessidade de democracia. Em conseqüência, os compromissos democráticos da burguesia brasileira, que há poucos anos atrás haviam sido

esquecidos, hoje renascem, ganham consistência. E a ruptura entre a burguesia e a cúpula da tecnoburocracia estatal só tende a aprofundar-se.

A crise atual é, antes de mais nada, uma crise de legitimidade, entendida esta expressão em seu sentido sócio-político. Em um sentido ético-jurídico, um Governo é legítimo quando eleito pelo povo. No sentido que estamos utilizando, a legitimidade de um Governo ou de um sistema político deriva do apoio que lhe empreste a Sociedade Civil. Esta é constituída pelas diversas organizações representativas das classes e grupos sociais fora do Estado, ponderados pelos seus respectivos poderes econômicos e políticos. Em uma Sociedade Civil desigual como a brasileira, as diferenças de poder entre os grupos dominantes e dominados são enormes. O povo distingui-se claramente da Sociedade Civil, na medida em que nesta a ponderação dos grupos dominantes é muito maior.

Não é apenas a legitimidade do Governo que deriva do apoio da Sociedade Civil. O próprio poder político será muito mais efetivo quando devidamente legitimado. Quando isto não acontece, quando há um descompasso entre poder e legitimidade, estamos diante de uma crise política.

Ora, é exatamente isto que ocorre hoje no Brasil. A crise política é estrutural porque não só o atual Governo, mas o próprio pacto político em que ele está baseado perderam legitimidade. É este o sentido do duplo rompimento que caracteriza o colapso do modelo político autoritário tecnoburocrático-capitalista brasileiro: o rompimento da burguesia, ou seja, da classe proprietária, com a tecnoburocracia estatal, e o rompimento das camadas médias da burguesia e da tecnoburocracia com as respectivas camadas altas instaladas no poder. Estes dois rompimentos se cruzam e se somam. Não foi toda a burguesia, mas é cada vez mais óbvio que foi quase toda ela, que rompeu ou está rompendo politicamente com a tecnoburocracia estatal. Excluem-se alguns representantes da alta burguesia, cujos interesses estão profundamente ligados ao Governo. Por outro lado esse rompimento não foi simplesmente da classe burguesa com a classe tecnoburocrática, mas também das camadas médias com as altas. Em consequência, o Governo isolou-se, entrou em conflito aberto com a Sociedade Civil, perdeu legitimidade, deixou de ter condições para exercer

efetivamente o poder, a não ser através de um sistema de força que se torna cada vez mais fraco.

Estamos portanto diante de uma crise política estrutural. Esta tem sua base na insatisfação da burguesia. Todos os estratos dessa classe, e principalmente os empresários de nível médio, os profissionais liberais, os intelectuais e os estudantes, manifestam seu desejo de volta ao Estado de direito. A média tecnoburocracia, da qual fazem parte, além de administradores, técnicos e funcionários, também intelectuais e estudantes, junta-se à burguesia. E os trabalhadores já começam a se manifestar, embora, como é natural, revelem mais preocupação com salários, inflação e condições de trabalho do que com a redemocratização. Mas também entre eles já é claro o desejo de democracia, sem a qual será difícil lutar por seus interesses de classe. Em qualquer hipótese, a hegemonia ideológica da crise política pertence à burguesia.

A consciência democrática da Sociedade Civil brasileira cresceu enormemente nestes 14 anos de regime autoritário. Os valores democráticos, embora possam ser ainda claramente relacionados com os interesses da burguesia, ganharam uma relativa autonomia em relação a esses interesses. Esta autonomia deriva não apenas de duzentos anos de pregação liberal no mundo ocidental, do qual o Brasil é parte, mas deriva também do sentimento de opressão que estes anos de autoritarismo deixaram na Sociedade Civil brasileira. A democracia sem dúvida foi originalmente uma instituição burguesa, criada para atender a seus interesses econômicos. E esses interesses a longo prazo ainda estão relacionados com a manutenção de instituições democráticas. Mas não há dúvida também de que a democracia deixou de ser meramente burguesa para se tornar um valor básico de toda a sociedade, exceto para os indefectíveis radicais de direita, a alta tecnoburocracia estatal e alguns poucos aliados da alta burguesia interessados em benefícios governamentais. Mas não é evidentemente com essa composição de apoio político que será possível manter o autoritarismo no Brasil, quando toda a sociedade deseja a democracia.

*(Folha de S. Paulo, 2 de outubro de 1977.)*